

Aos Políticos e à Sociedade em Geral



Por:

DOMINGOS PAULO SILVA

NOVE OBJECTIVOS A CONCRETIZAR, NO MÁXIMO, ATÉ AO FINAL DO PRÓXIMO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO.

1 – Acabar com a fome no País

Em Portugal existe quase um milhão de pessoas que passa fome diariamente, a que se deve juntar mais um milhão que vive em condições muito precárias. Ou seja, quase 20% da população portuguesa sobrevive em condições que não são aceitáveis por uma sociedade moderna e solidária. O Banco Alimentar contra a fome distribui 950 mil refeições por dia – a que acresce o trabalho das Misericórdias, da Segurança Social, das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesias, e de outras Instituições de grande mérito. Mas não chega. Acabar com este “flagelo”, a médio prazo é um objectivo nacional, que toca a toda a sociedade civil e aos partidos políticos em particular. Os Partidos Políticos são os pilares da nossa democracia, espera-se que eles estejam ao nível das exigências que o País atravessa e que os cidadãos reclamam.

2 – Criação e desenvolvimento de emprego com qualidade;

O trabalho precário, e a mão-de-obra barata e não qualificada, deve ter os dias contados. É importante que os nossos jovens sejam cada vez mais qualificados, porque os desafios são cada vez mais globais. Os empresários têm de olhar para os seus Recursos Humanos como o bem mais precioso que tem, e não o contrário.

3 – Acabar com o flagelo do desemprego;

Um País, que se diz desenvolvido, não pode desperdiçar pessoas sem as ter no activo. Nenhum governante poderá estar descansado com uma taxa de desemprego superior a 5%. Para que exista um clima social favorável, terá de haver, quase, pleno emprego.

4 – Premiar a qualidade de vida nas Autarquias,

A actual Lei de Financiamento das Autarquias, ultimamente revista, ainda continua a constituir um estímulo a que as Câmaras estejam muito dependentes da construção, sendo forçadas a aumentar cada vez mais os espaços de construção nas zonas urbanas, visto que nas zonas rurais, a construção é cada vez mais difícil. Quanto maior o espaço urbano, mais aumentam as receitas das Câmaras. É, por isso, urgentíssimo alterar a matriz que regula as transferências para as Autarquias e introduzir critérios de **qualidade de vida** (espaços verdes, áreas culturais e turísticas, água, energia renovável, saneamento básico, tipo de urbanismo, trânsito, estacionamento, atenção para com os idosos e deficientes, etc). O que acontece neste momento é que os meios rurais têm qualidade de vida, produzindo grande parte dos recursos naturais, e os grandes centros urbanos são os principais poluidores. Esta situação só poderá ser minimizada utilizando o princípio do Poluidor/Pagador, ou seja, quem mais polui terá de pagar, para que seja possível conservar a produção dos recursos naturais, que não deixam de ser cada vez mais escassos.

5 – Cerca de metade de energias renováveis;

De uma coisa todos temos a certeza: O petróleo é cada vez mais caro, e ao preço actual, compensa apostar cada vez mais em energias renováveis. As necessidades da economia chinesa são brutais; a insegurança por eventuais ataques terroristas, ou conflitos armados, vai manter-se. Estas são as tendências de fundo para os próximos anos. Por isso, temos de procurar cada vez mais fontes alternativas de energia. Portugal tem excelentes condições para minimizar o peso da sua factura energética de combustíveis fósseis, através de mini-hídricas, energias eólicas, solar-térmica. O objectivo a atingir é que quase metade da energia que consumimos seja oriunda de energias renováveis.

6 – Combate do abandono escolar;

A pobreza está ligada indissociavelmente à falta de educação escolar. Portugal está pessimamente classificado em todos os rácios ligados ao ensino. Não somos como muitos dizem – o País dos “Doutores”, muito pelo contrário. E não serão também os alunos os maiores culpados. Há que fazer um grande esforço de reciclagem e formação dos docentes do ensino básico e secundário. Há que avaliar muito seriamente a qualidade do corpo docente. O que está em jogo é o futuro da parte do país que não tem habilitações para enfrentar este novo século.

7 – Formação para um quinto da população activa;

Há outro estrato etário que corre sérios riscos de pobreza ou marginalidade no futuro. São um milhão de Portugueses que estão integrados no mercado de trabalho e que não têm sequer o 9º ano de escolaridade. A reciclagem destes profissionais deve estar completo nos próximos anos.

8– Continuação do lançamento das novas tecnologias da informação;

Temos obrigação de num espaço de tempo curto atingir a média da União Europeia para a sociedade da informação. Num mundo cada vez mais global, a informação é cada vez mais crucial.

9 – Aposta forte na Investigação & Desenvolvimento (I&D)

A aposta na I&D é uma das condições de sucesso das sociedades de futuro.

É necessário que Universidades e centros de investigação trabalhem cada vez mais em estreita colaboração com o mundo empresarial – e que as empresas com essa possibilidade canalizem recursos para a sua própria investigação.